



DIRLEG-AL Fls. Q2

A Publicação e posteriormente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**ESTADO DO TOCANTINS** PODER LEGISLATIVO

ENTRADA DE LEI Nº

0 2 AGO. 2023

Ass. do Func. COASP

Cria o Fundo de Proteção Animal do Estado do Tocantins e dá outras providências.

## A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Proteção Animal, com o objetivo de financiar políticas públicas, programas e ações que busquem proteger e garantir os direitos de animais domésticos ou silvestres.

Art. 2º O Fundo de Proteção Animal terá como receita:

 I – multas aplicadas pelo Poder Público a aqueles que praticaram maus-tratos contra animal;

II – multas advindas de crimes ambientais;

III - recursos destinados no orçamento da União;

IV - contribuições de instituições públicas ou privadas;

V – doações de pessoas físicas ou jurídicas;

VI - outros.

Art. 3º Os recursos do Fundo de Proteção Animal deverão ser aplicados em prol do bem-estar animal, notadamente em políticas públicas, programas, clínicas e ações que promovam a adequada alimentação, devido abrigo e tratamento de animais domésticos ou silvestres.

Art. 4º O Fundo de Proteção Animal é administrado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado do Tocantins.

Art. 5º Esta lei pode ser regulamentada para garantir a sua fiel execução

(63) 99248-7052

Praça dos Girassóis | CEP 77.001-902 | Palmas - TO

gab.marcusmarcelo@gmail.com

**f** ⊚ @marcusmarcelotocantins **y** marcusmarceloto







Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICATIVA**

Nossa Constituição Federal de 1988 apresenta, no caput do seu art. 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Ainda seu art. 225, no inciso VII, nossa Lei Maior determina que o Poder Público deve proteger a fauna e a flora. Sendo legalmente vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Entretanto, os direitos dos animais são diuturnamente vilipendiados no território brasileiro. Infelizmente, acontecem diversos tipos de crueldade com animais em nosso país, portanto, este Fundo Nacional ora proposto terá o condão de financiar políticas públicas, programas e ações que busquem proteger e garantir os direitos dos animais em todo o Tocantins.

Pela oportunidade e relevância/na defesa dos direitos dos animais, requer-se a aprovação deste Projeto de Lei por parte dos nobres pares.

Sala de Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, 02 de agosto de 2023.

> MARCUS MARCELO DE BARROS ARAÚJO Deputado Estadual - PL

(63) 99248-7052

Praça dos Girassóis | CEP 77.001-902 | Palmas - TO

Imprimir





## Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

## RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento:

P18be3c563f04ed756146e5a1cd65fbbbK9646

Autor: MARCUS MARCELO

Descrição: Cria o Fundo de Proteção Animal do Estado do Tocantins e dá outras providências.

Tipo de Proposição: Projeto de Lei da

Casa

Enviada por: MARCUS MARCELO

BARROS ARAÚJO (dep.marcus.marcelo)

Data de Envio: 02/08/2023 11:21:06

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

MARCUS MARCELO

